

Moeda e inflação: uma abordagem crítica sobre o pensamento hegemônico

Luís Jorge P.V. de Mendonça e Paulo Nakatani
Professores do Departamento de Economia e do Mestrado em Economia da UFES

Introdução

Este artigo expõe duas teorias alternativas sobre a moeda derivadas da construção teórica liberal que pretende representar a ordem capitalista. A primeira, chamada de **monetarista**, é defendida por um conjunto de economistas liderados por Milton Friedman da escola de Chicago nos Estados Unidos; a segunda, constitui-se em uma proposta mais radical defendida pelo Prof. F.A. Hayek, um dos líderes da *Société du Mont Pellerin*¹, que pode ser chamada de **moeda competitiva** ou **moeda privada**.

O interesse neste assunto decorre de dois aspectos: por um lado, do revigoramento da ortodoxia com a expansão das idéias neoclássicas, nas variantes novo-keynesiana e novo-clássico, que o Prof. Mário Possas chama de "A cheia do *mainstream*"²; e, por outro, das reformas do Estado Brasileiro impulsionadas sob as concepções neoliberais decorrentes do acordo conhecido como o "Consenso de Washington"³. Ademais, em razão das duas propostas apresentadas serem posições extremadas do liberalismo econômico, pode-se através delas compreender as diferentes propostas em voga como nuances da ortodoxia, que tem na estabilidade da moeda o principal pressuposto, senão o único objetivo, para se atingir uma situação econômica em que a superação do desemprego, a distribuição mais eqüitativa de renda e o desenvolvimento econômico possam ser alcançados.

O mundo capitalista, principalmente após o final dos anos 60, tem passado por um período de instabilidade e turbulências que se caracterizaram fundamentalmente por altas taxas de desemprego e inflação⁴. A inflação, fenômeno que aparece como um aumento contínuo e generalizado dos preços, nada mais é do que o reflexo da desvalorização da moeda, da perda contínua de seu poder de compra. As teorias que apresentamos procuram descobrir na própria moeda os determinantes de sua desvalorização. Para elas, o valor da moeda é determinado

pela sua quantidade. Um excesso de moeda gera desconfiança e conseqüentemente, sua desvalorização. Em Friedman, a oferta monetária realizada pelo governo deve ser compatível com o volume de produção e um Banco Central independente seria a solução para evitar um excesso de emissão de moeda. Para Hayek nem mesmo o Banco Central independente seria capaz de evitar o problema. Por isso propõe a privatização da moeda e o mercado escolheria aquela de melhor qualidade, ou seja, de valor estável. Voltaremos a estes pontos mais adiante.

Naturalmente não podemos apresentar em detalhe toda a construção teórica. Este artigo procura sintetizar os principais aspectos de cada teoria de forma a permitir uma compreensão mais aprofundada sobre algumas das propostas de reforma do Estado. Além disso, procuramos explicitar qual a visão filosófica e metodológica que fundamenta esta concepção. Finalmente procuramos articular o conjunto da exposição com as contradições que, em nosso ponto de vista, constituem o tecido das relações sociais nas quais os diferentes "projetos" de sociedade devem interferir. Assim, pretendemos apresentar alguns argumentos que possam permitir uma compreensão mais precisa sobre o neoliberalismo econômico, até que ponto suas propostas estão sendo realmente implementadas e as razões pelas quais seu projeto para a sociedade não se realiza na prática, apresentando-se como realmente é — uma ideologia.

O liberalismo econômico

As idéias liberais no campo da Ciência Econômica são muito antigas. Em 1776 A. Smith escrevia que "O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso

para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. (...) Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles." Nesta afirmação encontra-se a proposição do fundamento de uma ordem social baseada no egoísmo individual. A busca do indivíduo em obter sempre o máximo para si mesmo resulta na melhor situação para a sociedade como um todo.

A versão neoclássica do egoísmo está centrada na idéia do homo economicus, o CONSUMIDOR racional, soberano e hedonista. Racional porque conhece precisamente suas necessidades e os bens que podem satisfazê-las da melhor maneira possível; soberano porque toma decisões independentes e não é influenciável; e hedonista porque busca sempre maximizar sua satisfação pessoal. A maximização de sua satisfação é representada como o equilíbrio possível para cada indivíduo. O mercado ou a sociedade expressa a soma dos equilíbrios individuais maximizadores. Assim, a sociedade sempre maximiza a sua satisfação total. O indivíduo é concebido, então, como a célula da sociedade que, por seu lado, nada mais é do que um conjunto de indivíduos; ou seja, a totalidade é sempre igual à soma das partes. O equilíbrio é a tendência natural da sociedade, a ordem social é harmoniosa, os desajustes ou desequilíbrios são sempre resultados de algum fenômeno externo.

Este indivíduo, então, é aquele que toma decisões sob determinadas restrições — por exemplo preços e renda pessoal — cujo objetivo é sempre o máximo de satisfação. O problema econômico é considerado, dessa forma, um problema de escolha. O ser humano, egoísta por natureza, desde o seu surgimento defronta-se com este problema; ele é sempre igual em qualquer época e em qualquer sociedade; um ser a-histórico. A ciência econômica sob o ponto de vista neoliberal é, então, uma ciência sem história e sem conflitos a não ser entre recursos escassos e necessidade ilimitadas. Esta concepção filosófica e metodológica de sociedade, geralmente implícita nos trabalhos, é escamoteada nos modelos teóricos e quantitativos recentes e fundamenta a discussão que apresentaremos a seguir.

A Teoria monetarista

O ponto de partida do monetarismo é a equação de trocas, base do que chamamos de Teoria

Quantitativa da Moeda. Esta teoria, em sua formulação mais simples, é uma mera tautologia cujo poder explicativo se deve a posteriores qualificações, que a fazem expressão do processo de produção capitalista enquanto alocação ótima de recursos através do mercado.

Ela não define o produto, a renda nominal e o nível geral de preços, mas apenas nos diz que a modificação em uma destas variáveis é necessariamente acompanhada pela variação na magnitude de uma das outras duas, caso contrário ela terá de ser contrabalançada pelo aumento ou diminuição da quantidade de moeda ou pelo aumento ou diminuição de sua velocidade de circulação. Assim, alterações no processo de produção são inicialmente explicadas em termos reais para, no momento seguinte, serem entendidas em termos monetários. Um aumento da quantidade de moeda só pode explicar o aumento da riqueza na medida em que esta variação expresse o aumento das transações efetuadas na economia, decorrentes de melhorias técnicas ou de maior quantidade de bens produzidos em razão do acréscimo de capital destinado à produção; ou então, aumento da quantidade de moeda sem alterações na produção se traduz em elevação dos preços. Assim, compete à moeda apenas possibilitar o processo de trocas e qualquer alteração na sua quantidade traduzir-se-á sempre em aumento ou diminuição de preços.

É, portanto, a partir da Teoria Quantitativa da Moeda que se fundamentam as posições cuja explicação do fenômeno inflacionário recai exclusivamente ao (des) controle da emissão de moeda por parte do governo. Embora na literatura econômica o raciocínio se sofisticue a ponto de tornar-se incompreensível para os leigos, ele é bastante simples. Os indivíduos conhecedores das suas necessidades e, como consumidores ou produtores, também cientes das condições de mercado dos bens que desejam, demandam a quantidade necessária de moeda para que obtenham o máximo de bem estar ou lucro possível. A partir daí, para dada quantidade de moeda em circulação e o número de vezes que cada uma circula no período em questão, os preços seriam fixados de modo a garantir uma alocação ótima dos recursos disponíveis da sociedade, como resultante das forças de mercado. No entanto, caso o governo não consiga manter a quantidade de moeda igual àquela demandada, o resultado seria o aumento do nível

geral de preços. Este aumento é explicado, geralmente, pelas necessidades de financiamento devido à ineficiência, empreguismo ou corporativismos políticos; pela tentativa de influenciar o nível de produção ou da riqueza total, ou mesmo devido a pressões de grupos econômicos. A inflação significa tão somente aquele aumento nos preços que garante aos indivíduos a manutenção de um estoque real de moeda desejado que compense a emissão monetária excessiva e indevida.

Neste sentido, fica claro que a Teoria Quantitativa da Moeda é exclusivamente uma teoria de demanda por moeda. Ela não pode ser confundida com a oferta sob pena de se perder a concepção do processo produtivo como sendo exclusivamente norteado pela otimização dos recursos disponíveis, de acordo com a racionalidade dos agentes e a partir das informações disponíveis no mercado.

Tal tautologia é normalmente apresentada como útil à teoria econômica na medida em que, ao expressar o processo de troca a partir da moeda, lhe dá uma dimensão bastante completa segundo seus seguidores. O modelo construído com base nos fenômenos monetários sintetizaria o processo de produção capitalista, pois a oferta gerada compõe-se de um conjunto de mercadorias que levam consigo os respectivos valores expressos monetariamente — preços — de acordo com as respectivas demandas.

Pelo lado da demanda, o total da riqueza produzida vezes o volume das transações resultantes determina, tomando-se a velocidade de circulação como fixa, a variação da quantidade de moeda. Inclui-se aí o retorno de todos os ativos ao longo do tempo mais o retorno da forma moeda, desde que este último seja medido em termos de preço da moeda equivalente à unidade de riqueza. Portanto, a demanda de moeda responderá por parte da teoria do capital, expressando tanto a taxa quanto a forma de crescimento ao substituir títulos e demais ativos por bens e serviços, que por sua vez serão expressos em unidades monetárias. Tal substituição é possível simplesmente por conta de que a escolha de quanto a sociedade demandará de moeda obedece aos mesmos critérios de otimização do consumidor. Uma unidade a mais de riqueza sob a forma moeda tem de se igualar ao custo de mantê-la sob esta forma, considerando o retorno proporcionado pelas diversas alternativas e as variações

entre fluxo e estoque, conforme citado anteriormente. Para dado estágio de produção e estoque de moeda o mercado estabelecerá a taxa de juros compatível com a alocação ótima dos recursos, escolha entre consumo presente e futuro. Por conseguinte, qualquer tentativa de fixar o juro implicaria privar a sociedade de escolher devidamente entre consumo, ou produção, presente e futuro; o benefício decorrente é necessariamente menor que o prejuízo imposto à sociedade como um todo. Cabe à política monetária apenas assegurar que a oferta disponível dos meios de pagamento se iguale à quantidade demandada de acordo com as condições de produção e consumo.

Assim, Friedman afirma que esta forma de apresentação demonstra a capacidade da Teoria Quantitativa da Moeda em expressar o processo de produção capitalista, uma vez que ela permitiria avaliar claramente se os efeitos de uma alteração na oferta monetária se devem ou não aos mesmos fatores que alteram a demanda. No caso positivo, poder-se-ia facilmente explicar a variação da quantidade de moeda em circulação como consequência do processo de acumulação: maior demanda por moeda em decorrência de maior riqueza produzida ou de maior retorno esperado por unidade de riqueza. No caso negativo, maior quantidade de moeda seria resultado de menor velocidade de circulação — devido a aumento da incerteza, por exemplo — ou então resultaria de outras razões que não estritamente econômicas, acarretando inflação ou aumento no ritmo de crescimento desta. Logo o crescimento da expansão monetária justificar-se-ia somente como resposta ao crescimento da produção, devido ao aumento da produtividade ou maior nível de poupança da sociedade para ser investida no momento presente. Portanto, um Banco Central independente seria a única forma de garantir que as autoridades monetárias não caíssem em tentação, por incompetência ou pressões políticas. Complexificar a Teoria Quantitativa da Moeda para aumentar seu poder elucidativo seria, segundo os ditames da teoria neoclássica, uma aproximação exagerada da realidade — perda de seu caráter genérico sem qualquer contribuição relevante para seu poder descritivo.

Contudo, pressupõe-se na Teoria Quantitativa da Moeda uma relação fixa, definida tecnicamente,

entre uma unidade monetária e a variação do produto. Isto é, a unidade monetária só pode expressar o retorno esperado da acumulação do capital se supusermos uma relação constante entre o acréscimo de uma unidade de riqueza e sua expressão monetária, de modo que os agentes possam escolher otimamente. Esta produção demandaria mais moeda apenas no caso do custo de retê-la na quantidade necessária para o empreendimento não ultrapassar a receita, ou seja, não ultrapassar o benefício de manter este capital para outros fins — rendimento dos demais ativos ou dos depósitos de moeda. Neste sentido a teoria da demanda de moeda é compatível com o processo de acumulação quando esta se dá de forma que a reprodução seja configurada num acréscimo de renda que, medida em termos dos bens e serviços por unidade monetária, não implique alteração na correspondência entre a forma específica do acréscimo de renda e sua representação em termos de preços. Trata-se, nas palavras de Friedman, de uma função de produção homogênea de grau um, na qual a soma das produtividades dos diversos fatores de produção tem de ser igual a unidade.

Alternativamente, como diz Friedman, a "teoria de demanda por moeda é um tópico especial da teoria do capital; como tal ela tem a característica singular de combinar cada lado do mercado de capital, oferta e demanda.". A idéia desenvolvida ali é de que a renda total de uma economia determina qual a oferta monetária necessária para representá-la, dado o nível geral de preços e a velocidade de circulação da moeda. Isto é, a oferta total de moeda tem de ser igual à quantidade total de capital existente, menos a parcela mantida sob outras formas — bens e demais ativos —, mais o retorno de cada uma destas formas específicas, mais o retorno decorrente da relação entre fluxo e estoques. Este último tanto mais complexo quanto for sua alteração em decorrência da variação da própria relação, porém perfeitamente passível de ser incluído num modelo detalhado, que leve em consideração as diversas possibilidades de combinações de portfólio ao longo do tempo, conseqüentemente, a escolha ótima entre produção presente e futura. Teoricamente aquela alteração pode ser mensurada através da variação do preço e do rendimento dos títulos, das ações e dos bens materiais, medida em termos de retorno da moeda, como por exemplo juros sobre depósito. O Banco

Central teria apenas de regular a quantidade de moeda a fim de que ela correspondesse exatamente à quantidade de capital existente. A taxa de juros seria fixada pelo próprio mercado como resultado da escolha ótima de cada indivíduo entre as diversas formas de alocar sua riqueza e entre o consumo presente ou futuro. Assim a Teoria Quantitativa da Moeda, ao expressar um modelo em que as taxas de juros variam de acordo com as taxas de retorno das diversas formas de riqueza, expressaria também a quantidade necessária de moeda, dada a escolha ótima de cada um dos agentes e portanto a alocação desta riqueza.

Deixa-se de lado na base da construção teórica neoclássica, da qual deriva o pensamento econômico hegemônico, o caso em que diferentes combinações entre os fatores signifique ganhos de produtividade substanciais, a possibilidade de maior quantidade de produto ao mesmo preço, conforme ocorre no processo de produção capitalista. Isto é, por um lado a inflação é um fenômeno monetário que nada tem a ver com o setor real da economia, portanto facilmente debelada pelo controle dos meios de pagamento; por outro lado, a Teoria Quantitativa da Moeda não explica o desenvolvimento das forças produtivas e seus reflexos em termos de variação de preços: como não especifica os fatores que determinam alterações de produtividade, não consegue perceber a inflação como resultado também deste processo. Como é possível então considerá-la uma tautologia útil, uma parte expressiva da teoria do capital, e portanto por si só suficiente para explicar o fenômeno inflacionário?

A aplicação da Teoria Quantitativa da Moeda, defendida por Friedman e postas em seus próprios termos, só é possível porque se considera uma economia estática, em equilíbrio e portanto sem explicar alguns desajustes como: desemprego, distribuição de renda, baixo nível de atividade, etc. Estes são problemas pertencentes, caso o governo pratique uma política monetária "responsável", à órbita do político-social. Mais que isto, qualquer interferência governamental, em particular da autoridade emissora da moeda de curso legal, serviria apenas para alterar a estrutura dos preços relativos, impedindo que a sociedade atingisse o bem estar máximo possível. Mesmo considerando a indexação como mecanismo de proteção, não se resolve o problema; ela ameniza as perdas destes, mas não resolve o problema da inflação, ao contrá-

rio, a longo prazo, os danos são piores que os benefícios por introduzir distorções na alocação dos recursos: os agentes ficam, uma vez que não há indexação perfeita, sem referencial em razão da alteração dos preços relativos.

Convém ressaltar que para os monetaristas e linhas afins — novos keynesianos e novos clássicos — os problemas citados são conseqüências da baixa produtividade de alguns segmentos ou das falhas de mercado, sendo a inflação o resultado da tentativa indevida de se alcançar através de política monetária expansionista, maior quantidade de meios de pagamento em circulação e juros baixos, um nível de produto e distribuição da riqueza gerada incompatível com o ponto de equilíbrio da sociedade. O governo deveria apenas se ater às atividades que possam produzir ganhos de produtividade ou reproduzir um modelo de concorrência perfeita para que o ajuste da economia em resposta à políticas monetárias restritivas se adequem à Teoria Quantitativa da Moeda.

A Teoria da moeda privada

O Professor F.A. Hayek em seu livro "Desestatização do Dinheiro" propõe que a emissão de moeda deixe de ser privilégio do Estado e possa ser realizada por qualquer banco privado. O objetivo seria o de tornar impossível que qualquer dos governos emita moeda não confiável pois o público substituiria toda moeda "não-honesta" por "moedas honestas". Além disso, os governos têm uma propensão a tomar medidas agradáveis que são prejudiciais, perturbam e acabam por destruir a ordem do mercado. A moeda privada iria "impedir os governos de 'protegerem' as moedas que emitem contra as conseqüências adversas de suas próprias medidas e, assim, de impedir que os governantes continuem adotando essas medidas prejudiciais".

Este ponto de vista, parece-nos, parte da crítica à Teoria Quantitativa da Moeda no capítulo que intitula "A inutilidade da Teoria Quantitativa para nossos fins"; e da crítica à Política Monetária que considera "nem desejável, nem possível". Quanto à Teoria Quantitativa, a moeda privada pressupõe a eliminação dos principais pressupostos daquela teoria: a) que existe um único tipo de dinheiro pois, "... não é, de modo algum, uma característica essencial do dinheiro a obrigatoriedade de que num território dado, exista apenas um único tipo; isso geralmente ocorre porque os governos tem impedi-

do o uso de outros tipos."; b) "... num sistema de moedas múltiplas não existe essa coisa chamada a magnitude da demanda por dinheiro.", ou seja, existem diferentes demandas por moedas não homogêneas que não podem ser somadas; c) a oferta exógena de moeda, realizada pelo Banco Central não é possível de ser controlada, ela é endogeneizada por força das pressões políticas ou pela incompetência dos governantes.

Por outro lado, sua crença nos mecanismos de mercado e no egoísmo individual, ao qual já nos referimos, faz com que afirme que: "Os bancos emissores, guiados somente por sua busca de lucro, serviriam ao interesse público melhor do que qualquer instituição que supostamente tivesse isso como meta jamais fez ou poderia fazer". Ou ainda que "A passada instabilidade da economia de mercado é conseqüência de o dinheiro, o mais importante regulador do mecanismo de mercado, ter sido ele mesmo excluído da regulação pelo processo de mercado." Além disso, elimina-se o fenômeno do desemprego, os desequilíbrios de balanço de pagamentos e a instabilidade econômica.⁵ Enfim, que "... a abolição do monopólio governamental da emissão de dinheiro acarretaria também o desaparecimento dos bancos centrais tais como os conhecemos..."⁶.

Apesar disso, continua sendo monetarista. Ele aceita que toda inflação é produzida pela demanda, não existe inflação provocada por custos⁷. Entretanto, em sua divergência com os monetaristas ele considera a Teoria Quantitativa da Moeda apenas uma aproximação útil e rudimentar. Ela é inútil quando se tem vários tipos de moeda.

Nesta proposta Hayek distingue claramente a moeda das diferentes formas de dinheiro. Estas são qualificadas como a propriedade dos diferentes bens em representar uma determinada relação de valor envolvida na troca, enquanto a moeda corresponde a uma relação numericamente definida daquele valor, porém sem qualquer caráter substantivo, intrínseco a ela. Assim, não só seria possível a emissão de moedas privadas sem comprometer o processo de produção, mas altamente desejável, desde que cada uma das moedas correntes tivesse seu valor medido em termos das demais, inclusive a emitida pelo Estado, que passaria a ser apenas mais uma das opções.

Trata-se então de emissão de moeda privada no

sentido mais abrangente possível, isto é: as diversas moedas não seriam comparáveis a um padrão comum, mas sim uma em relação às outras. Qualquer agente poderia emitir moeda, desde que houvesse aceitação por parte do público. Esta aceitação depende fundamentalmente, na concorrência entre as diversas alternativas existentes, do grau de confiabilidade que ela adquira. Cada um destes bancos, então, procuraria manter constante o valor da própria moeda, uma vez que o lucro dependeria dos depósitos realizados em outros ativos ou moedas, sem direito a juros, como contrapartida da promessa de que aquela mantivesse seu poder de compra. Para tanto, seria necessário determinar o valor do dinheiro em relação a um bem⁸ ou cesta de bens, não necessariamente fixos ao longo do tempo, de modo que o poder de compra dela em relação ao das moedas concorrentes, representado na taxa de conversão, a tornasse atrativa.

Ao público demandante, portanto, bastaria observar o mercado de moeda⁹ para escolher aquela que melhor lhe conviesse. Desse modo, caso o agente emissor emitisse uma quantidade maior do que a razoável para as condições normais, as taxas de conversão acusariam o descontrole, acarretando perda de confiabilidade e diminuição do grau de aceitação e, no limite, a ruína desse banco. O estímulo ao excesso de emissão poderia advir de um aumento na demanda por sua moeda em razão de uma confiabilidade no mercado acima da média, conseqüentemente, possibilidade de lucro extra através de maior quantidade emitida.

A composição da cesta de bens que servisse como referencial de valor para cada moeda deveria ser modificada em função das alterações nas condições de determinação dos preços dos bens que compõem a cesta. O mercado de câmbio entre moedas constituir-se-ia um sinalizador perfeito do setor real da economia: alterações nas condições de produção devido à variação da produtividade ou da preferência dos consumidores, por conseguinte, da quantidade e preços de equilíbrio estariam representadas na mudança dos preços relativos de cada moeda. Além disso, é importante ressaltar que tal sistema não implica a promessa de resgatar a moeda com o lastro — uma cesta de bens previamente anunciada —, porém apenas manter seu valor constante, obtido apenas com o controle adequado da quantidade de moeda emitida. Logo,

como diz Hayek, "A concorrência certamente demonstraria ser uma restrição mais eficaz — uma vez que força as instituições emitentes a manter constante o valor de suas moedas (...) — do que qualquer obrigação de resgatar a moeda com esses bens (ou com ouro). Seria também um método muito mais barato do que a acumulação e a estocagem de materiais valiosos."¹⁰

Como se observa, o pressuposto fundamental é o de que os governos, por natureza, prejudicam o funcionamento do mercado, cometem abusos e conferem privilégios que distorcem a tendência ao equilíbrio automático como realização das forças de mercado. Além disso, a moeda permite a maximização da produção de riqueza, conseqüentemente a alocação ótima dos recursos produtivos ao expressar precisamente o valor relativo das mercadorias definindo previamente um vetor de preços qualquer. Entretanto deixa de explicar a variação na estrutura de preços. Porém, é justamente esta variação que tem de ser explicada.

Trata-se claramente de uma análise de equilíbrio estático, a-histórica, que por definição não pode ser tomada como teoria do capital, ou parte importante dela. A teoria neoclássica, por mais sofisticada que sejam as suas propostas, utilizam sempre um método de análise que não incorpora aspectos importantes da realidade¹¹.

Contudo, até que ponto se pode considerar as instituições que regulam a produção capitalista como estranhas ao próprio processo? Na verdade, a proposta de moeda privada radicaliza a posição de Friedman na medida em que procura demonstrar a completa capacidade do livre mercado em auto regular o capitalismo. Assim, a ortodoxia prescinde em maior ou menor grau do Estado e desconsidera a inflação — e as tentativas em debelá-la — como um fenômeno eminentemente resultante de um processo contraditório, que tem na esfera da produção e apropriação de valor a sua base. Mais do que incapacidade ou irresponsabilidade, as políticas do governo são formuladas de acordo com o padrão de acumulação vigente. As políticas monetárias adotadas não podem ser entendidas como completamente independentes do modo como o processo de geração, circulação e distribuição de riqueza se articulam.

Uma ordem contraditória ou os modelos e a realidade

Apresentamos no início deste trabalho as linhas gerais da concepção econômica liberal que defende a ORDEM CAPITALISTA como uma sociedade que tende ao equilíbrio e à harmonia. Dentro desta concepção, mostramos duas teorias sobre a moeda que, queiramos ou não, se apresentam como soluções à estabilidade do capitalismo hoje. Entretanto, o movimento da realidade teima, constantemente, em refutar estas teses.

Discutiremos neste ponto as conseqüências da imposição destas teses sobre a realidade econômica a partir de uma outra visão: uma ordem capitalista heterogênea, contraditória e dinâmica. Esta, ao invés de tender ao equilíbrio, à harmonia e à pulverização do capital, como condição da concorrência perfeita entre os capitais, reproduz um processo de concentração e centralização do capital¹² em todo o mundo.

Por um lado, esta concepção, ao contrário da outra, parte da totalidade social organizada em classes sociais com interesses opostos, cuja distinção se fundamenta na propriedade privada dos meios de produção¹³. O capital¹⁴ aqui é considerado uma forma do valor, ou seja, uma relação social de poder que articula e organiza as diferentes classes sociais em torno da produção e apropriação da riqueza social. Este capital se materializa sob formas e unidades distintas que concorrem entre si tanto na produção quanto na apropriação da riqueza.

Por outro lado, o Estado como instância de poder político estrutura-se no interior das relações sociais como uma espécie de "capitalista coletivo"¹⁵. Portanto, também oposto à concepção anterior, que situa o Estado como uma instituição externa às relações econômicas de uma sociedade homogênea e harmoniosa. Para a teoria liberal ele interfere continuamente no mercado, alterando suas forças e impedindo o perfeito equilíbrio, por isto ela é contra seu poder de intervenção e propõe a privatização de empresas e atividades públicas¹⁶.

O Estado, como "capitalista coletivo", adquire uma consciência além daquela do capitalista individual, cuja busca contínua do lucro máximo gera a dinâmica econômica e social. A intervenção do Estado na economia não pode ser considerada, a partir deste ponto de vista, como desejável ou não. A intervenção é necessária à reprodução do capital; ela se realiza independentemente do desejo das forças políticas e sociais, amenizando os momentos

de crise ou aprofundando-os quando necessário. Quanto à forma e direção que esta intervenção assume, depende das relações de força que a esfera do político produz em uma sociedade concretamente determinada.

A dinâmica do capital é cíclica, contraditória, concentradora de riqueza e de poder, e acelera, de forma aguda, o progresso científico e tecnológico nos dias de hoje. Este progresso gera um desemprego estrutural permanente cujo patamar vem crescendo para níveis espantosos e para os quais não existem propostas concretas de solução. Além disso, a regulação pelo mercado gera uma desarticulação contínua entre produção e demanda que aparece às vezes como insuficiência, outras como excesso de oferta, que Cardin chama de "inexistência de pré-conciliação"¹⁷ e Marx, de anarquia da produção.

A realidade capitalista, entendida como uma ordem contraditória, expressa-se de forma particular no Brasil como resultado de sua própria história. Entretanto ela não pode deixar de apresentar um Estado Capitalista que realizou uma intervenção maciça no campo econômico. A tese extrema é aquela na qual o Estado criou sua própria burguesia¹⁸. Assim, não se pode ignorar que todo o processo de implantação do setor produtivo estatal esteve sempre voltado ao apoio do capital privado. Em 1978, por exemplo, pouco antes da crise da dívida externa, o Conselho Monetário Nacional aprovou uma resolução que estatizava a dívida externa privada sob condições bastante favoráveis aos capitais privados¹⁹. Estes fatores foram, ao nosso ver, fundamentais para produzir a crise financeira do Estado brasileiro. Por outro lado, o subsistema bancário é extremamente concentrado, apresentando menos de uma dezena de grandes bancos e um número relativamente grande de pequenos estabelecimentos bancários.

É neste quadro que devemos considerar os programas propostos pelos neoliberais. Se, por um lado, a ideologia neoliberal propõe a completa retirada do Estado de todas as atividades; por outro, a crise pela qual os capitais têm passado no Brasil impedem a implantação destas políticas. De forma mais precisa podemos considerar que as medidas neoliberais que beneficiam as forças econômicas com poder e influência no aparelho estatal são efetivadas, enquanto todas aquelas que prejudicam estas forças não o são.

As políticas econômicas costumam obedecer critérios bem definidos: as necessidades da reprodução do capital para dado estágio de acumulação. No entanto, acabam por forjar um Estado em que determinados grupos tem maior poder de comando, representatividade no jargão político, e estes poderão defender no momento seguinte interesses que não se coadunam com as necessidades do capital. É por conta disso que o debate muitas vezes é apresentado como uma disputa entre forças "progressistas" e "conservadoras" — capital moderno e eficiente *versus* bancada ruralista e empresários que detêm excessiva proteção extra-mercado.

Esquece-se que tal disputa não abrange a totalidade das posições políticas e alternativas de atuação do Estado. Progressista, neste caso, nada mais significa que um conjunto de interesses afinados com as necessidades atuais da reprodução do capital em geral, cujo desenvolvimento depende da implantação de novas formas de regulação do capitalismo: supressão das conquistas trabalhistas, remodelação do Estado, reforma tributária. É neste contexto que se inserem as políticas anti-inflacionárias, consideradas condição para a "modernidade"; o que em termos de política monetária se traduz em controle da moeda de acordo com as condições de produção, taxa de crescimento da base monetária igual a taxa de crescimento do produto; e, não segundo os objetivos de alavancar o desenvolvimento econômico e enfrentar problemas como o crescimento do desemprego e a redistribuição de renda regressiva.

Deixa-se de lado as visões alternativas de política econômica, que são geralmente aquelas cuja preocupação se identifica com o que classicamente foi denominado progressismo. Sob este ponto de vista, a inflação teria de ser analisada num contexto mais amplo: ela representa apenas a aparência de um fenômeno que tem sua explicação tanto nas condições de produção, não otimizadoras ou promotoras do bem estar geral, quanto nas formas como os diversos grupos de interesse se sobrepõem a outros. Isto é, em vista do processo de produção e acumulação capitalista ser excludente, a inflação surge como uma defesa dos diferentes segmentos da sociedade. No entanto, a tese neoliberal surge para contrapor-se a estes argumentos e o faz de modo a garantir apenas o interesse do capital mais avançado em seu processo de valorização. Transmuta-se de ideologia em verdade científica ao defender

o interesse destes capitais individuais como objetivo comum, seus meios como os únicos possíveis e, principalmente, ao tentar apresentar seu modelo de sociedade como algo perfeito e factível de ser alcançado na prática.

Conclusão

No caso brasileiro, a idéia da moeda privada nem se coloca. Imaginem a situação em que os bancos privados pudessem emitir moeda sem nenhum controle central²⁰. No atual estágio de concentração dos estabelecimentos bancários, poucos seriam aqueles com real poder de emissão de moeda. Ao contrário de uma moeda competitiva — esta supõe um subsistema bancário constituído por um grande número de bancos, nenhum dos quais com poder de afetar o mercado — teríamos outro monopólio, e desta vez privado. Por outro lado, a supressão do Banco Central implica na eliminação do "empresador em última instância" que garante, pelo menos parcialmente, os depósitos e reduz os riscos da inadimplência dos bancos privados. Por essa razão o Banco Central deve ter o poder de intervenção sobre o sistema financeiro.

A proposta de um Banco Central independente pressupõe igualmente uma sociedade competitiva na qual não existam capitais dominantes, nem no setor produtivo nem no financeiro. Pressupõe, ainda, a dicotomia entre o econômico e o político e procura transferir do político para o "técnico" as decisões quanto à política monetária. Supõe, assim, a existência de técnicos neutros, altamente capacitados, que não sofrem a influência das forças econômicas e políticas presentes no centro do poder.

Em nossa concepção de sociedade, diferente daquela dos liberais, o desenvolvimento dos capitais geram monopólios e oligopólios cujo poder de mercado afeta profundamente as relações econômicas e políticas. As "forças de mercado" passam a ser, em boa parte, dominada por estas frações do capital. Da mesma forma o Estado, como "capitalista coletivo", não é externo nem autônomo em relação ao capital, poderíamos dizer que apresenta uma "autonomia relativa". Desta forma, o Banco Central poderia tornar-se independente do Governo mas não seria, de forma nenhuma, uma instituição acima das forças econômicas e políticas.

Como vimos, as propostas teóricas sobre moeda e inflação defendidas pelos neoliberais só podem apresentar coerência se considerarmos a ordem

social como homogênea e sem contradições. No entanto, nas versões de política econômica apresentadas correntemente fica obscurecida esta exigência, ora pelo caráter excessivamente cientificista e grau de detalhamento apresentado pelos gestores da economia às políticas adotadas; ora pela ênfase nas distorções de mercado: corrupção, interferência do político sobre o econômico e até incompetência técnica da equipe econômica, ou de parte dela. Trata-se de afirmar o modelo teoricamente construído como tecnicamente correto, politicamente desejável e perfeitamente possível de ser implantado na prática, ficando os pressupostos em que se baseiam completamente desvinculados dos insucessos que sistematicamente ocorrem.

Desse modo, a Teoria Quantitativa da Moeda, utilizada para efeitos de controle da inflação, tem produzido como consequência crises periódicas de liquidez, destruindo parte dos capitais financeiramente mais frágeis e contribuindo para acelerar a centralização bancária e financeira. A tese da moeda competitiva, por sua vez, não tem encontrado apoio nem ressonância, a não ser em espaços muito restritos. Em geral, as soluções preconizadas para regular o processo de produção capitalista oscilam entre estes dois extremos, porém não conseguem incorporar a inflação numa dimensão mais ampla, que considere a esfera da produção e circulação dos bens e serviços como determinantes conjuntos do padrão de acumulação e distribuição de riqueza, sendo os fenômenos monetários apenas sua forma acabada de expressão.

Enfim, parece-nos que o fenômeno da inflação não é apenas um problema de gestão da moeda. Ela apresenta-se como a manifestação das contradições insolúveis do próprio modo de produção em seu atual estágio de desenvolvimento.

Este trabalho constitui-se em uma síntese parcial da discussão teórica desenvolvida pelos autores com os Estudantes do Mestrado em Economia da UFES a partir do Projeto de Pesquisa intitulado: "Moeda, sistema financeiro e instabilidade: Brasil 1960-1990".

Notas

¹ STIGLER, George. *Memórias de um economista de Chicago*. Porto Alegre: Ed. Ortiz, 1991. p.141-149.

² POSSAS, Mário. "A cheia do "mainstream". Comentário sobre os rumos da Ciência Econômica". Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995. Texto para Discussão nº. 327.

³ Uma síntese das principais proposições do "Consenso de

Washington" pode ser consultada em CINTRA, Marcos Antonio Macedo. "Uma visão crítica da teoria da repressão financeira". Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1993. p.6-18.

⁴ Mandel chama este processo de Inflação permanente e mostra como o progresso técnico alterando a composição orgânica do capital pressiona para baixo a taxa de lucro. A forma encontrada pelo sistema de "encobrir" este processo é através dos aumentos nominais de preços e lucros, ou seja, da inflação. Ver: *O Capitalismo Tardio*. Cap. 13. Para Minsky, a instabilidade contínua da sociedade capitalista após a segunda guerra mundial foi a resposta encontrada pelo sistema para evitar uma crise equivalente à grande depressão dos anos 30. MINSKY, Hymam P. "Financiamento e Lucros". Cadernos ANGE. Textos Didáticos 2. Rio de Janeiro, 1992.

⁵ Op. cit. p.97 a 101.

⁶ Op. cit. p. 101.

⁷ "... simplesmente não existe esse fenômeno denominado inflação provocada pelo aumento de custos. Nem salários mais altos, nem os preços majorados do petróleo, ou mesmo das importações em geral, são capazes de elevar o preço médio de todos os bens a não ser que os compradores recebam mais dinheiro para comprá-los." p.90.

⁸ Para Hayek, no padrão ouro com papel moeda conversível o valor do dinheiro nada teria a ver com o valor do ouro, pois "... a conversibilidade em ouro era apenas um método de controlar a *quantidade* de uma moeda, sendo este o fator que realmente determina o seu valor ..." p.27. Por outro lado considera que "... o valor do ouro é que é determinado pelo valor das moedas em que pode ser reconvertido." p.105.

⁹ A viabilização de múltiplas moedas pressupõe um mercado de moeda ou Bolsa de Moedas, semelhante às Bolsas de Valores, com perfeita informação e conversibilidade entre as moedas.

¹⁰ HAYEK, op. cit. p. 42.

¹¹ Aliás, o método do positivismo lógico exige como fundamento a proposição de postulados apriorísticos que não tem nenhuma necessidade de aderência à realidade. Ver a respeito FRIEDMAN, Milton. "A Metodologia da Economia positiva". Rio de Janeiro: Edições MULTIPLIC, Ano I, Nº. 3, Fev. de 1981.

¹² Uma análise aguda sobre o papel da terceirização e expansão das pequenas empresas pode ser vista em: MALAGUTI, Manoel Luiz. "Terceirização e cidadania". (Artigo inédito).

¹³ Para os Neoclássicos a propriedade é um dado natural, não pode ser a expressão das relações sociais de produção.

¹⁴ Utilizamos aqui a distinção entre capital em geral e capitais particulares. Para um estudo mais preciso consultar: ROSDOLSKY, Roman. *Génesis y estructura de El Capital de Marx. (Estudio sobre los Grundrisse)*. México: Siglo XXI, 1989. 6ed.

¹⁵ HIRATA, Helena. "O Estado como abstração real?". In: Estudos CEBRAP 26. Petrópolis: Ed. Brasileira de Ciências, 1980.

¹⁶ Neste artigo apresentamos a proposta de privatização da moeda, mas uma corrente mais radical que se auto-denomina de anarco-capitalistas propõe que: "... a sociedade ideal é uma sociedade onde não existiria mais regulamentos, serviço militar obrigatório, previdência social, etc. onde não existiria mais o policial e a razão de Estado... onde todas as funções atualmente executadas pelo aparelho coercitivo do Estado seriam executadas por uma

multiplicidade de comunidades ou de firmas privadas, oferecendo seus serviços sobre base contratual (sempre revogável) no quadro de um sistema de concorrência generalizada, garantindo a cada um, a liberdade de escolha..." LEPAGE, Henri. *Demain le capitalisme*. Paris: Pluriel, 1978. p.318.

¹⁷ CARVALHO, Fernando Cardin de. "Fundamentos da Escola Pós-Keynesiana: A Teoria de Uma Economia Monetária". In: AMADEO, Edward J. (Org.) *Ensaio Sobre Economia Política Moderna: Teoria e História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 184-185.

¹⁸ SALAMA, Pierre e MATHIAS, Gilberto. *O Estado Superdesenvolvido*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

¹⁹ Ver o estudo de CANUTO, Otaviano. *Brasil e Coréia do Sul. Os (des)caminhos da industrialização tardia*. São Paulo: NOBEL, 1994. Neste estudo Otaviano mostra as diferenças entre estes países quanto ao tratamento da dívida e da relação entre o Estado e o setor privado. Ver também: TAVARES, Maria da Conceição e ASSIS, José Carlos. *O Grande Salto para o Caos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

²⁰ Estamos nos referindo, aqui, ao papel moeda; não consideramos o dinheiro de crédito que as instituições financeiras criam continuamente, mas sob determinadas regras do Banco Central. Devemos explicitar, também, que o total de moeda emitido constitui uma dívida do emissor face aos agentes que a recebem. No caso do Estado manter o monopólio da emissão, a dívida é do Estado face à sociedade; a moeda privada constituiria uma dívida entre agentes privados.